AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

Ionara Cristina Albani[1]
IFRS
https://orcid.org/0000-0003-3955-3326
Cláudia da Silva Cousin[2]
FURG
https://orcid.org/0000-0002-8250-6800
Ivo Dickmann[3]
UNOCHAPECÓ
https://orcid.org/0000-0002-6293-8382

Resumo: Este artigo é constituído pelo Estado da Questão sobre a Agricultura Familiar, realizado para fundamentar uma pesquisa de doutorado. O Estado da Questão tem como objetivo mapear ou fazer um levantamento sobre a produção acadêmica em determinado campo do conhecimento, relacionando com o fenômeno de pesquisa. Assim, o artigo discute a Agricultura Familiar, trazendo aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais relevantes em relação à sustentabilidade. Aborda o conceito, os desafios, as perspectivas e as diferenças

[1] Licenciatura em Pedagogia (UERGS); Mestrado e Doutorado em Educação Ambiental (FURG). Técnica em Assuntos Educacionais (IFRS). E-mail: ionara.albani@riogrande.ifrs.edu.br.
[2] Licenciatura em Geografia (FURG); Mestrado e Doutorado em Educação Ambiental (FURG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA-FURG) e do curso de Licenciatura em Geografia (FURG). E-mail: profaclaudiacousin@gmail.com.
3 Bacharelado em Filosofia (IFIBE); Mestrado e Doutorado em Educação (UFPR); Pós-doutorado em Educação (UNINOVE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (UNOCHAPECÓ). E-mail: educador.ivo@unochapeco.edu.br.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

daquela categoria social em relação ao Agronegócio. Ressalta a importância dos Movimentos Sociais na representação da categoria da Agricultura Familiar. Os resultados deste trabalho apontam que a Agricultura Familiar fomenta a sustentabilidade e para sustentar e fortalecer esta, precisa estabelecer parcerias com outros setores da sociedade que lutam pela transformação social.
Palavras-chave: Educação Ambiental; Agricultura Familiar; Sustentabilidade; Movimentos Sociais; FETRAF-SUL/CUT.

AGRICULTURA FAMILIAR Y SOSTENIBILIDAD

Resumen: Este artículo está constituido por el Estado de la Cuestión de la Agricultura Familiar, realizado como apoyo a una investigación doctoral. El Estado de la Cuestión tiene como objetivo mapear o relevar la producción académica en un determinado campo del conocimiento, relacionándola con el fenómeno de investigación. Así, el artículo aborda la Agricultura Familiar, trayendo aspectos sociales, económicos, políticos, culturales y ambientales relevantes en relación a la sustentabilidad. Aborda el concepto, los desafíos, las perspectivas y las diferencias de esa categoría social en relación con los Agronegocios. Destaca la importancia de los Movimientos Sociales en la representación de la categoría de Agricultura Familiar. Los resultados de este trabajo apuntan que la Agricultura Familiar promueve la sustentabilidad y para sostenerla y fortalecerla necesita establecer alianzas con otros sectores de la sociedad que luchan por la transformación social.
Palabras-clave: Educación ambiental; Agricultura familiar; Sustentabilidad; Movimientos sociales; FETRAF-SUL/CORTE.

FAMILY AGRICULTURE AND SUSTAINABILITY

Abstract: This article is constituted by the Estado da Questão on Family Farming, carried out to support a doctoral research. Estado da Questão aims to map or survey academic production in a given field of knowledge, relating it to the phenomenon of research. Thus, the article discusses Family Farming, bringing relevant social, economic, political, cultural and environmental aspects in relation to sustainability. It addresses the concept, challenges, perspectives and differences of that social category in relation to Agribusiness. It emphasizes the importance of Social Movements in representing the category of Family Farming. The results of this work show that Family Farming fosters sustainability and to sustain and strengthen this, it needs to establish partnerships with other sectors of society that struggle for social transformation.
Keywords: Environmental Education; Family farming; Sustainability; Social movements; FETRAF-SUL/CUT.

INTRODUÇÃO

Para pensar sobre as perspectivas e os desafios, inicia-se destacando que a Agricultura Familiar é constituída por pessoas que se caracterizam por serem proprietários e trabalharem em pequenas propriedades rurais, as quais, historicamente, vêm lutando por seus direitos e por reconhecimento. A estrutura produtiva da Agricultura Familiar interfere na sua ação econômica e social (WANDERLEY, 2001). Assim sendo, além de ser uma forma social de

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

organização, na década de 90 a Agricultura Familiar passa a ser pauta, também, do Estado, por meio de políticas públicas e programas que deram visibilidade e a reconheceram enquanto categoria social (AQUINO; SCHNEIDER, 2011). Isso se deve ao fortalecimento e à organização dos agricultores familiares em Movimentos Sociais, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT, no sentido de enfrentar as políticas agrícolas que eram, na sua maioria, voltadas para o Agronegócio e alicerçadas no fortalecimento do modelo tecnológico fundamentado nos princípios da Revolução Verde. Sobre isso, Conti, Pies e Cecconello (2006, p. 106) enfatizam que: "A agricultura familiar viveu um processo completamente marginal durante todo o período da modernização conservadora e o período recente da liberalização econômica." Já Tedesco (2001) salienta o avanço desta categoria em relação à ocupação de espaços, e atribui isso às diferentes formas de organização e mobilização desse grupo social.

A partir desse cenário, em que a Agricultura Familiar ocupou espaços e entrou em debate, em 1995/1996, conquistou-se o Programa de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, que é uma política pública, considerada um marco importante no reconhecimento dessa categoria. Assim, percebe-se que a emergência do agricultor familiar como ator social e personagem político, no Brasil, é recente, sendo que, nas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo e intenso no debate e na construção da categoria Agricultura Familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política (RODRIGUES, 2004). Posteriormente a esse período, várias foram as conquistas no que diz respeito à programas e a políticas públicas. Assim, a partir da criação do PRONAF, em 1995, foram instituídas, no Estado, secretarias de governo para trabalhar especificamente com esta categoria, a exemplo da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que, criado em 1998, demonstrou um processo gradativo de reconhecimento à importância que tem esse ator social. Em 2006, a Agricultura

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

Familiar passa a ser reconhecida, oficialmente, como profissão no mundo do trabalho, através da promulgação da Lei nº 11.326.

Outro elemento que merece destaque é que a Agricultura Familiar não se preocupa somente com os modos de produção e com a organização interna, mas, também, com os movimentos de migração, a partir do crescente êxodo rural e com a qualidade de vida nos centros urbanos. Caracteriza-se, assim, como uma nova forma de compreender o rural e de contrapor o sistema hegemônico, pois sua forma organizativa fomenta a sustentabilidade. A Agricultura Familiar precisa ser pensada, a partir de uma diversidade de significações, sendo contextualizada em várias situações de conflito e de construção de estratégias de sustentação e reprodução de suas formas organizativas.

Porém, atualmente, a conjuntura política volta a assombrar essa categoria social, levando em consideração as políticas de Estado dos últimos governos, como por exemplo, a Reforma da Previdência, em 2019. Com o Golpe de 2016, instituído no país, o Agronegócio ganhou forças, tendo em vista a flexibilização da pauta anteriormente construída, pela bancada ruralista. E essa ofensiva neoliberal se intensificou a partir de 2019, pós eleições. Exemplo disso, foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a "realocação" das questões referentes à Agricultura Familiar, para serem trabalhadas por meio do Ministério da Agricultura[4], cuja ministra é conhecida por defender as pautas ruralistas e o uso e liberação de novos agrotóxicos. Além disso, defende a flexibilização das normas para o licenciamento ambiental, que beneficia empresários rurais. Dessa forma, entende-se que, mesmo se evidenciando no cenário político e econômico brasileiro atual, que o Governo Federal vem priorizando o Agronegócio em detrimento da Agricultura Familiar, a mobilização, a organização e a luta dos Movimentos Sociais ligados àquela se tornam, cada vez mais, necessárias. E como uma entidade importante, a FETRAF-SUL/CUT se credencia como um Movimento Social legítimo, que representa a Agricultura

4 Disponível em: <https://irpaa.org/fotos/Nota%20P%C3%BAblica%20do%20CONDRAF%20sobre%20a%20extin%C3%A7%C3%A3o%20do%20MDA.pdf>.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

Familiar do Sul do Brasil, contemplando associados e não associados. Assim sendo, concretizou-se como uma das principais ferramentas de fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar do Sul do Brasil, acumulando, ao longo de sua caminhada, conquistas importantes.

Dessa forma, entende-se que a Agricultura Familiar é um ator social importante e está permeada por elementos que contribuem para o processo de sustentabilidade. Isso se evidencia na sua forma de produção, no espaço que ocupa na sociedade como organização social e econômica, bem como na sua forma de relação com a natureza não humanizada. O atual contexto da Agricultura Familiar se mostra um campo profícuo para promover o debate da sustentabilidade, pois se apresenta como um lugar constituído por seres humanos situados e datados, desacomodados e protagonistas na luta, sendo movidos pelos sentimentos de dominação e de resistência.

Assim, compreende-se importante o Estado da Questão para avançar na compreensão do fenômeno estudado e contribuir com o debate sobre a temática, apontando aproximações e distanciamentos e, permitindo, assim, uma melhor compreensão da totalidade. Dessa forma, este artigo se propõe a fazer uma discussão, por meio do Estado da Questão, enfatizando aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da Agricultura Familiar relevantes em relação à sustentabilidade, além de discutir o conceito, os desafios, as perspectivas e as diferenças daquela categoria social em relação ao Agronegócio.

CAMINHOS TRILHADOS PARA ELABORAR O ESTADO DA QUESTÃO

O Estado da Questão se propõe a mapear ou fazer um levantamento sobre a produção acadêmica em determinado campo do conhecimento, possibilitando ao pesquisador a oportunidade de fazer parte da discussão, convergindo ou divergindo da compreensão dos autores dos achados, além de interagir com eles, fazendo relação com a pesquisa que está sendo desenvolvida. Nóbrega-Therrien e Therrien (2011) enfatizam que, no Estado da Questão, há uma busca mais seletiva e crítica da produção científica,

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

restringindo-se aos estudos e aos parâmetros próximos ao interesse do pesquisador. O material encontrado é confrontado com a proposta de investigação a ser desenvolvida, havendo um diálogo entre o pesquisador e a produção científica, buscando-se articulações, convergências e divergências. Assim sendo, o Estado da Questão possibilita uma abordagem da parcialidade sobre a qual a totalidade será pesquisada. É o momento em que o pesquisador fará uma inserção epistemológica e científica, a partir da produção existente sobre os temas pesquisados (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2011).

Para elaborar o Estado da Questão, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na Biblioteca Científica Eletrônica – SciELO, nas dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA e na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, buscando trabalhos referentes à Agricultura Familiar. As duas últimas fontes se justificam por estarem diretamente relacionadas ao Programa de Pós-Graduação, no qual a pesquisadora realizou o doutorado. Na CAPES, na SciELO e na REMEA, a busca foi realizada, usando-se como filtro o termo “Agricultura Familiar”, contido nos títulos de qualquer item, no que se refere ao tipo de material. Como na CAPES e na SciELO, os trabalhos encontrados foram em quantidade considerável, optou-se por refinar a busca. Assim, para estes indexadores, aplicou-se o filtro no que tange ao idioma, selecionando apenas o “português”. Já, na página do PPGEA, a pesquisa se constituiu, entrando em cada ano[5], buscando as dissertações e teses, e analisando os títulos. Assim, verificava-se a relação e se dialogava com o tema da pesquisa proposta, mais especificamente a Agricultura Familiar, que é a categoria social representada pela FETRAF-SUL/CUT.

Na CAPES, após a busca geral por títulos, foram encontrados 495 trabalhos. Ao refinar a busca, aplicando o filtro “português” em relação ao idioma,

5 As dissertações e teses do PPGEA/FURG estão organizadas no site do programa, segundo o ano de defesa. Disponível em: https://educacaoambiental.furg.br/.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

restaram 227 trabalhos. Posteriormente à leitura dos títulos e resumos, foram encontrados 18 trabalhos, sendo que se teve acesso somente a 17 trabalhos, considerando que dialogavam diretamente com o tema em estudo. Na seleção final, após leitura de todos os trabalhos, foram definidos cinco achados, sendo esses, artigos, os quais trouxeram informações relevantes quanto ao tema pesquisado e foram utilizados como subsídio para o estudo. Na SciELO, após fazer a busca por título, foram encontrados 165 trabalhos. Ao refinar a busca, aplicando o filtro "português" em relação ao idioma, restaram 105 trabalhos. Posteriormente à leitura dos títulos e resumos, verificou-se que 10 trabalhos abordavam a temática pesquisada com o enfoque almejado. Na seleção final, após leitura desses trabalhos, foram definidos sete achados, sendo todos artigos. Um destes, já havia sido selecionado no Portal da CAPES. Na REMEA, ao realizar a busca por título, foram encontrados dois trabalhos. Após leitura dos títulos e resumos, restou um trabalho. Ao ler o trabalho na íntegra, este foi selecionado como achado, sendo um artigo. Já, na página do PPGEA, foram encontradas sete pesquisas, sendo cinco dissertações e uma tese, por meio da busca por título. A partir da leitura dos resumos, foram selecionadas três dissertações. Após leitura das dissertações, nenhuma foi considerada como achado, sendo que todas trabalham com municípios/regiões ou temas específicos. Dessa forma, ao final de toda a busca, foram encontrados 12 achados. Conforme Nóbrega-Therrien e Therrien (2011, p. 4): "Importa lembrar que no estado da questão os achados têm que estar necessariamente ou diretamente articulados ao tema."

Assim, os critérios utilizados para exclusão foram: 1- Pesquisas desenvolvidas em regiões ou cidades específicas; 2- Pesquisas referentes a políticas públicas ou projetos específicos; 3- Pesquisas que tratavam de aspectos específicos, como por exemplo, gênero ou juventude. Já, os critérios utilizados para selecionar os trabalhos, foram: 1- Pesquisas que conceituavam, caracterizavam e definiam a categoria "Agricultura Familiar"; 2- Pesquisas que apresentavam dados sobre essa categoria social; 3- Pesquisas que discutiam as diferenças entre Agricultura Familiar e Agronegócio. Dessa forma, os trabalhos

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

selecionados são pesquisas que debatem a Agricultura Familiar enquanto categoria social, enfatizando o conceito, a evolução e o reconhecimento, bem como suas perspectivas e desafios.

A seguir, o Quadro 1 caracteriza os achados:

Quadro 1 – Caracterização dos achados – Agricultura Familiar.

Fonte de busca	Título	Autor/es	Tipo de trabalho	Ano de publicação	Estado de publicação
CAPES	Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006).	Carlos Henrique Guanziroli; Antonio Márcio Buainain; Alberto Di Sabatto	Artigo	2012	SP
CAPES	Agricultura Familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.	Luís Felipe Perdigão de Castro	Artigo	2017	PR
CAPES	A agricultura familiar e o desenvolvimento no Brasil.	Vilmar da Silva	Artigo	2013	PR
CAPES	Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural.	Everton Lazzaretti Picolotto	Artigo	2012	PR
CAPES	Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro.	Erica Karnopp; Victor da Silva Oliveira	Artigo	2012	RS
SciELO	Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006).	Carlos Henrique Guanziroli; Antonio Márcio Buainain; Alberto Di Sabatto	Artigo	2012	SP
SciELO	A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades.	Paulo André Niederle; Marco Antônio Verardi Fialho; Marcelo Antônio Conterato	Artigo	2014	SP
SciELO	Agricultura Familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil.	Almicar Baiardi; Cristina Naria Macêdo de Alencar	Artigo	2014	SP
SciELO	Os Atores da construção da categoria Agricultura Familiar no Brasil.	Everton Lazzaretti Picolotto	Artigo	2014	SP

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

SciELO	A agricultura familiar no Brasil: um retrato do desequilíbrio regional.	Arlindo Kamimura; Aline de Oliveira; Geraldo Burani	Artigo	2010	MS
SciELO	Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil.	Elisângela dos Santos Faustino Röder; Edna Lucia da Silva	Artigo	2013	SP
SciELO	Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar.	Everton Lazzaretti Picolotto; Alfio Brandenburg	Artigo	2015	SP
REMEA	A Educação Ambiental aliada à tecnologia da informação na agricultura familiar.	Adriana Steding; Irene Carniatto	Artigo	2017	RS

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

ESTADO DA QUESTÃO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Cabe destacar que, apesar dos trabalhos sobre Agricultura Familiar terem aumentado nos últimos anos, verificou-se um número considerável de trabalhos encontrados, que não foram considerados como achados, uma vez que trabalham a Agricultura Familiar a partir de experiências específicas, no que tange à produção, à comercialização e à educação. Muitas pesquisas, também, problematizam políticas públicas destinadas a essa categoria social. Outras, ainda, debatem aspectos relacionados a gênero e às gerações. Partindo-se do princípio de que para realizar uma pesquisa é necessário conhecer a produção existente e, também, os principais referenciais teóricos que dialogam com o fenômeno pesquisado, apresenta-se o Estado da Questão, como uma das formas deste estudo. Destaca-se que os achados foram se entrelaçando com a temática da pesquisa, na medida em que dialogavam com os elementos que a constituíam, sem ter sido usado um critério especifico para a ordem daqueles.

Dos trabalhos selecionados, ao elaborar o Estado da Questão, cabe destacar alguns aspectos de cada um que se considera relevante para a pesquisa. O primeiro achado que contribuiu com a pesquisa é um artigo intitulado “Dez anos de evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006)” (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABATTO, 2012). Esse artigo compara os

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

principais resultados do censo agropecuário do IBGE de 1996 com os resultados do censo de 2006, caracterizando a Agricultura Familiar e delimitando-a no universo total dos estabelecimentos. Os autores salientam que houve melhora, embora não muito forte, na distribuição regional da Agricultura Familiar, a qual expandiu sua posição nas regiões Norte e Nordeste, mantendo a participação constante nas demais regiões. Os autores destacam alguns avanços e algumas limitações ao comparar os dois censos, associando aqueles ao acesso a alguns programas governamentais:

> A agricultura familiar também continua sendo mais eficiente no uso dos fatores terra e capital – financiamentos – o que é coerente com sua relativa escassez e necessidade, portanto, de usar esses fatores mais intensivamente, contrariamente ao uso do fator trabalho, que foi mais eficiente entre os agricultores patronais, para quem este fator é mais escasso. Os dados mostraram por outro lado que subsistem as limitações tecnológicas e fundiárias entre os agricultores familiares de modo geral. Uma parcela significativa dos familiares possui pouca terra, fator esse que se verificou como um limitante na expansão de sua renda. Um aspecto positivo foi o incremento no número de estabelecimentos com energia elétrica, produto, sem dúvida, dos programas governamentais, tais como Luz para Todos e Luz no Campo (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABATTO, 2012, p. 369).

Esse artigo traz como uma problematização a questão de que, na Agricultura Familiar, necessita-se, também, de políticas agrárias e sociais, e não somente de políticas agrícolas. Assim, entende-se importante a atuação dos Movimentos Sociais que representam essa categoria, no sentido da luta e reivindicação por melhores condições. Ressalta-se que, nesse artigo, referencia-se Movimentos Sociais

> [...] como atores que organizam ações coletivas de caráter sócio-político pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e sobre problemas em situação de conflito e de disputa. [...] Constituem-se num espaço específico de força política que, na pluralidade de formas organizativas, tem a pretensão de captar os anseios sociais [...] demandando solução de problemas e apresentando propostas que têm potencial de se tornarem soluções públicas, coletivas, institucionais. Nesse sentido, é espaço de geração de novos direitos e de novos valores que preservam os laços de solidariedade, tendo por finalidade a contraposição ao sistema

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

> dominante, tendo em vista consagrar novos valores e novas relações sociais (FETRAF-SUL/CUT, 2007, p. 37).

Outro artigo que dialoga com a pesquisa tem como título “Agricultura Familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável” (CASTRO, 2017). O referido trabalho debate sobre os fatores de caráter social e cultural altamente específicos dos agricultores familiares e as suas divergências ante à lógica de modernização conservadora preconizada pela Revolução Verde. Traz uma discussão sobre a modernização da agricultura, alegando que: “Esse modelo é fruto do desenvolvimento pensado a partir do atrelamento da estrutura econômica à organização político-social, em condições originalmente mercantil-coloniais [...], de forma excludente e concentradora [...]” (CASTRO, 2017, p. 145).

Esse modelo, porém, não se consolidou pacificamente no Brasil, provocando mobilizações e lutas de resistência de diversas categorias sociais, como por exemplo, da Agricultura Familiar. A resistência e a luta se constituem através de ocupações, de mobilizações, de organização social em entidades e, principalmente, pela reprodução de suas formas de agir e viver no campo (CASTRO, 2017). Aqui, dialoga diretamente com o fenômeno da pesquisa, que é constituído por um Movimento Social da Agricultura Familiar vinculado à FETRAF-SUL/CUT, o qual organiza, mobiliza e luta pela categoria social que representa como uma forma de resistir e contrapor o sistema hegemônico, vindo ao encontro dos apontamentos do autor acima.

Castro (2017, p. 150) destaca que os agricultores familiares assumem as condições de produção para além de instrumentais, jurídicas ou econômicas, elementos típicos da agricultura capitalista, incorporando uma diversidade de situações específicas e particulares: “É por essa especificidade que se manifesta o papel revolucionário da agricultura familiar para a mudança nas relações humanas, econômicas e sociais do campo e da sociedade.” Assim, o autor ressalta que, embora não haja um projeto de desenvolvimento exclusivo da Agricultura Familiar, as formas de agir e de viver dessa categoria social apontam

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

valores coerentes com um desenvolvimento agrícola que ultrapassa o binômio capital-terra.

Outro trabalho que mereceu destaque é intitulado “A agricultura familiar e o desenvolvimento no Brasil” (SILVA, 2013). Esse artigo tem como objetivo, contribuir no debate sobre a Agricultura Familiar no país, apresentando um referencial de análise que permita entendê-la como uma tática de reprodução social e econômica das famílias rurais e a sua contribuição para o desenvolvimento do país. O autor reforça o papel estratégico que a Agricultura Familiar tem, tanto para a produção de alimentos, quanto para a manutenção do ecossistema onde está inserida, atrelada a sua característica de multifuncionalidade:

> Como a sobrevivência da população, tanto do meio rural, quanto do meio urbano, depende da produção de alimentos e no Brasil apenas 30% destes são produzidos pela agricultura de grande escala, não há como falar em desenvolvimento sustentável, sem relacioná-lo à agricultura familiar (SILVA, 2013, p. 71).

Dialoga-se com Silva (2013) que, apesar da falta de incentivos mais expressivos, a Agricultura Familiar se evidencia como um setor de relevância social e econômica para o país, sendo que os agricultores familiares constituem uma parcela importante e significativa da população rural, responsável por uma produção agrícola voltada para suprir o mercado interno, representando 38% do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro. Assim sendo, compreende-se a importância da organização e da participação desses atores sociais nos mais diversos espaços, inclusive acadêmicos. Silva complementa, ressaltando que:

> As características do meio rural no país demonstram que ele traz na sua composição um grande número de unidades de produção da agricultura familiar e o desenvolvimento econômico e social desta parcela da população é fundamental para que o país se desenvolva em um todo. O campo no país se apresenta como um espaço de produção agrícola que traduz um modo de vida de dimensões peculiares, devido sua história de formação, de luta pela terra e estratégias de manutenção (SILVA, 2013, p. 76).

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

Assim, entende-se que o desenvolvimento do Brasil está atrelado, também, ao meio rural. Dessa forma, fazem-se necessárias políticas específicas que deem conta das particularidades da Agricultura Familiar, além do reconhecimento da sociedade em relação a esse ator social e a participação e o diálogo deste com os outros setores da sociedade.

Nesse mesmo sentido, foi selecionado o artigo que traz como título "O reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural" (PICOLOTTO, 2012). Esse trabalho busca refletir sobre a recente emergência dos agricultores familiares como personagens políticos importantes no cenário brasileiro e as disputas políticas e simbólicas pela representação da chamada classe média rural, entre as organizações de agricultores familiares e as organizações patronais do campo. O referido artigo fala do reconhecimento da Agricultura Familiar nas últimas décadas e cita como uma das evidências disso, a criação da FETRAF-SUL/CUT, Federação que faz parte do fenômeno da pesquisa desenvolvida:

> A literatura sobre a agricultura familiar aponta que, desde meados da década de 1990, vem ocorrendo um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura. Foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995), secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998). Promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006) que reconheceu oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar (como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF) (PICOLOTTO, 2012, p. 159).

O autor notabiliza que, no período de 2003 até 2011, foram criadas políticas públicas para a Agricultura Familiar que vão para além do crédito rural. Sobre isso, Picolotto (2012) enfatiza que a criação desse conjunto de políticas públicas demonstra o reconhecimento da Agricultura Familiar e das organizações que a representam. Problematiza para além do processo produtivo, envolvendo outros aspectos importantes como a educação, a

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

habitação, entre outros, dialogando, assim, com as perspectivas da FETRAF e da CONTAG.

Compactua-se com Picolotto, entendendo que este reconhecimento fortaleceu, política e simbolicamente, os atores que atuam na e pela Agricultura Familiar, os quais foram historicamente subordinados. As mobilizações dos agricultores familiares consolidados têm desacomodado tanto organizações patronais, quanto os ministérios relacionados ao meio rural. Mas, é importante destacar que a Agricultura Familiar e as organizações que a representam ainda têm um longo caminho a percorrer, no sentido de encarar desafios, buscando maior reconhecimento e disputando espaços, através da participação e do diálogo, pois, recentemente, o Agronegócio volta a tomar espaço e se fortalecer, por meio da política dos governos federal e estadual.

Ainda nesse sentido, traz-se o artigo intitulado “Agronegócio e Agricultura Familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro” (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012). Os autores salientam que possuem muitas diferenças entre o Agronegócio e a Agricultura Familiar, sendo que o primeiro ainda detém o controle econômico e político sobre o segundo, porém o último está tentando, através de organizações representativas e de políticas públicas específicas, fazer frente ao processo voltado para a lógica imposta pelo sistema capitalista:

> [...] os agricultores familiares podem participar da produção no sistema do agronegócio (produzindo os mesmos produtos dominados pelo sistema, no exemplo em questão – o tabaco), porém não estão inseridos nele, ou seja, eles participam de forma subordinada. Ao produzir no interior do sistema do agronegócio, o agricultor não tem o controle do processo; quem controla é o sistema do agronegócio. Essa condição de subordinação se caracteriza pela dependência em relação ao sistema, na escolha do que produzir, como produzir, para quem e quando comercializar a produção. Por fim, agricultura familiar e agronegócio são sistemas diferenciados; no entanto, são componentes de um mesmo território, pois ambos atuam no rural brasileiro (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012, p. 226).

Concorda-se com os autores quando afirmam que o Estado é o principal responsável pelo processo de modernização da agricultura, o que resultou em mazelas no meio rural. E, entre os atores sociais mais atingidos por essas

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

mazelas, encontra-se a Agricultura Familiar, que, mesmo com pouca condição e pouco incentivo, foi obrigada a se enquadrar nas regras do mercado.

Outro artigo relevante para a pesquisa tem como título “A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades” (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Trabalha a luta dos Movimentos Sociais pela emergência da categoria Agricultura Familiar, seu reconhecimento e seus desafios ao longo da história. Ao falarem sobre o reconhecimento da Agricultura Familiar, os autores comemoram o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar e explicam o significado disso:

> Ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil presenciou a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural. Como resultado de uma confluência única de fatores, a agricultura familiar nasceu das lutas por reconhecimento e direitos empreendidas por uma miríade de atores, especialmente pelos movimentos sindicais do campo. Respondendo aos efeitos dos processos de globalização, abertura comercial, crise econômica e esfacelamento da capacidade de intervenção do Estado, e legitimados por inúmeros estudos que apontavam para o protagonismo das agriculturas de base familiar para sustentar a produção e a geração de emprego e renda em inúmeros países, esses movimentos passaram a reivindicar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 9).

Os autores buscaram identificar pesquisas referentes à Agricultura Familiar, que evidenciassem os prós e os contras dessa categoria social. Dessa forma, destacam que existem pesquisadores, inclusive, que consideram inviável o fortalecimento dos agricultores familiares:

> [...] essas teses apontam para a incapacidade dos segmentos mais empobrecidos em se tornarem “verdadeiros agricultores”, co-responsáveis pelo dinamismo da moderna agropecuária. A “vocação produtiva” estaria confinada a uma pequena parcela de agricultores familiares capitalizados – cujas lógicas produtivas já não seriam tão diferentes da empresa agrícola moderna, restando aos demais somente o acesso a um conjunto de políticas sociais que os manteria fora das estatísticas da fome e da pobreza, mas não os permitiria progredir economicamente (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 11).

Porém, em contraponto a essa discussão, outros autores (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015; BAIARDI; ALENCAR, 2015) defendem a consolidação dessa categoria social, por meio de uma mudança nos parâmetros da análise

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

sobre a capacidade de reprodução social dos agricultores familiares, associada a um questionamento sobre os referenciais que orientam a ação do Estado. Além disso, atribuem o fracasso da Agricultura Familiar aos impactos da Revolução Verde. Compartilha-se com esses autores o entendimento de que a resiliência da Agricultura Familiar se encontra na sua capacidade de estabelecer relações diferenciadas com os recursos naturais, apontando para a construção de outro modelo de desenvolvimento rural como movimento de resistência ao Agronegócio e de fomento à sustentabilidade. Por priorizar práticas tradicionais de cultivo e de menor impacto ambiental, a Agricultura Familiar se evidencia como uma categoria social permeada pela responsabilidade ambiental.

Isso pode ser notabilizado através do trabalho e da vivência desse grupo social, e ao considerar o crescimento dos modelos de produção orgânico e agroecológico. Sobre esses dois modelos de produção, Assis e Romero explicam que, apesar da origem imbricada e de serem pensados a partir da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental, a produção agroecológica aponta para uma ruptura com o paradigma químico-mecanização, enquanto que a produção orgânica é constituída por características técnicas que se moldam ao contexto social em que está inserida:

> [...] a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura interrelacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica. [...] a agricultura orgânica é uma prática agrícola e, como tal, um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 73-74).

Dando sequência a essa discussão, foi selecionado o artigo intitulado “Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil” (BAIARDI; ALENCAR, 2015), que tem como pretensão apresentar compreensões sobre a Agricultura Familiar no pensamento econômico e social, sugerindo que a temática vem despertando crescente interesse nas comunidades de pesquisadores dessas áreas no Brasil, em

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

diferentes momentos. Esse artigo traz uma problematização no que tange aos agricultores familiares, enfatizando que a relação deles com o meio rural vai além do econômico, visto que vivem um processo constante de instabilidade financeira:

> [...] não obstante a competição desenfreada, o aquecimento do mercado de terras e as vantagens inequívocas de escala, no caso da unidade de produção agrícola familiar, as determinantes do mercado não são tão óbvias e definitivas. Para o agricultor familiar, a decisão de permanecer na atividade tem peso expressivo, mesmo que seja por razões afetivas e culturais (BAIARDI; ALENCAR, 2015, p. 46).

Assim, compreende-se que a Agricultura Familiar apresenta múltiplas funções, entre elas: a função alimentar e a função econômica, pois assegura a autossuficiência dos mercados de consumo; a função social, pois distribui renda e gera empregos; a função patrimonial, pois conserva conhecimentos, além de saberes e fazeres tradicionais; a função recreativa, pois os espaços rurais tendem a ser ocupados para o lazer e para o ludismo, considerados novas demandas da sociedade; a função estática, conservando uma grande diversidade na paisagem; e, a ambiental, pois, além de diversas outras razões, seu funcionamento econômico não se fundamenta na maximização da rentabilidade do capital, mas se propõe em satisfazer a família e a manter o potencial produtivo do meio natural, percebido como um patrimônio familiar (ALMEIDA; SOUZA, 2003). Assim sendo, considera-se relevante a organização dos agricultores familiares, por meio de sindicatos e federações, na busca por reconhecimento e incentivo para permanecer em suas propriedades com condições dignas. Para isso, faz-se necessário a participação e o diálogo com os agricultores familiares que, historicamente, através da luta e da organização, vêm se fortalecendo enquanto categoria social que batalha contra as mazelas impostas pelo sistema capitalista.

Outro trabalho considerado importante para a pesquisa traz como título “Os atores da construção da categoria Agricultura Familiar no Brasil” (PICOLOTTO, 2014), e tem por objetivo refletir sobre o processo de construção da categoria Agricultura Familiar no Brasil contemporâneo. Esse trabalho

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

enfatiza que o reconhecimento da Agricultura Familiar no Brasil advém de três elementos distintos, mas que se complementam. O primeiro deles é a ascensão da sua importância política, por meio da criação da FETRAF-SUL/CUT e com a reorientação política da CONTAG. O segundo se refere ao reconhecimento institucional através da definição de espaços no Estado, da criação de políticas públicas e da Lei da Agricultura Familiar. E o terceiro está atrelado à luta pela reversão das valorações negativas que eram atribuídas a esse modelo de agricultura, como: atrasada, ineficiente e inadequada. Por meio das mobilizações e das reivindicações do sindicalismo, dos setores acadêmicos e do Estado, a Agricultura Familiar passou a ser considerada moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014). Logo, cabe ressaltar que esse trabalho dialoga diretamente com a pesquisa, por considerar a FETRAF-SUL/CUT uma referência organizativa para a Agricultura Familiar, conforme destaca o autor:

> As duas organizações sindicais aqui tratadas (CONTAG E FETRAF) assumem o fortalecimento da **agricultura familiar** como centro de um projeto de desenvolvimento rural para o país. Para elas, a **agricultura familiar** corresponde a um modelo de organização da agropecuária assentado em unidades familiares de produção, onde o grupo familiar, em geral, é proprietários dos meios de produção, planeja, gestiona e executa as atividades produtivas e a força de trabalho é predominantemente familiar. Este modelo é considerado mais vantajoso social, econômico e ambientalmente (por ser mais democrático, eficiente e sustentável) quando compara com o modelo de exploração patronal (PICOLOTTO, 2014, p. 81, grifos do autor).

Assim, entende-se que o sindicalismo procura situar a estratégia política de afirmação do modelo da Agricultura Familiar, ressaltando a sua importância socioeconômica no cenário nacional. E, no contexto político atual, isso se faz ainda mais necessário, visto que o Agronegócio está em evidência no governo, respaldado pela bancada ruralista.

O artigo intitulado “A agricultura familiar no Brasil: um retrato de desequilíbrio regional” (KAMIMURA; OLIVEIRA; BURANI, 2010) também foi considerado importante, pois faz uma análise dos resultados do Censo Agropecuário 2006, comparando-os com os dados do Censo Agropecuário 1995/1996. Os autores acentuam que, ao comparar estes dois Censos

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

Agropecuários[6], pode-se observar uma quebra de paradigmas no que diz respeito ao desenvolvimento de determinadas regiões, onde a Agricultura Familiar é considerada mais pobre:

> A falta de uma política consistente e perseverante de desenvolvimento econômico e social para as regiões mais pobres do país solidificou uma falácia passivamente aceita pela grande parcela da população: uma teoria fatalista da história... As fotografias obtidas dos Censos 95/96 e 2006 mostram, felizmente, que a realidade pode ser diversa dessa atitude conformista e que a quebra de paradigmas e falácias depende tão somente da vontade política da sociedade na condução do processo histórico (KAMIMURA; OLIVEIRA; BURANI, 2010, p 218).

Concorda-se com os autores, quando atribuem essa quebra de paradigma ou esse avanço às políticas públicas e aos programas governamentais de incentivo à Agricultura Familiar nas últimas décadas. Kamimura, Oliveira e Burani (2010) salientam, ainda, que a transformação qualitativa da Agricultura Familiar do Nordeste, entre 1996 e 2006, alcançou índices bem superiores, no final do período, aos índices de regiões com Agricultura Familiar tradicionalmente consolidada, quebrando o velho paradigma da pobreza endêmica.

Outro artigo selecionado tem como título “Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil” (RÖDER; SILVA, 2013). Cartografa a produção científica em teses de doutorado sobre Agricultura Familiar produzidas no período de 2000 a 2009, nos programas de pós-graduação do Brasil. Nessa pesquisa foram encontradas 153 teses defendidas em diversos programas de pós-graduação do país, sendo que no ano de 2009 se percebeu um avanço significativo se comparado com o ano de 2000. Röder e Silva (2013, p. 117) ressaltam que o maior número de teses foi produzido nas Regiões Sul e Sudeste e explicam que “A concentração da produção de teses nas Regiões Sul e Sudeste pode estar diretamente ligada à importância econômica dessa atividade na economia dessas regiões e ao interesse da comunidade científica a partir da implementação de políticas públicas para o setor.”

6 Em 2017 foi realizado o último Censo Agropecuário do IBGE. Porém, até o momento, foram divulgados somente os resultados preliminares, contendo dados gerais sobre estabelecimentos, ocupação, utilização das terras, dentre outros, não referenciando nenhuma informação em relação à Agricultura Familiar.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

Constatou-se que as teses tiveram como foco principal o desenvolvimento rural e a produção rural, propriamente dita. Na questão do desenvolvimento rural, evidenciaram-se três discussões principais, a saber: desenvolvimento rural com foco em ações, políticas e atores sociais; desenvolvimento rural com foco em estudos de sustentabilidade e pesquisas direcionadas aos problemas regionais (RÖDER; SILVA, 2013).

Uma informação que chamou atenção é que das 153 teses encontradas, apenas seis estão relacionadas à área de conhecimento da Educação. Esses dados evidenciam a importância e a necessidade da produção sobre Agricultura Familiar, principalmente, na área da Educação. Assim, as autoras salientam o que almejam com a pesquisa: "[...] que a análise possa compor um panorama dos estudos desenvolvidos nos programas de pós-graduação do Brasil sobre a agricultura familiar como representação do interesse e envolvimento das instituições de ensino superior com os problemas nacionais" (RÖDER; SILVA, 2013, p. 123). Cabe ressaltar, também, que as pesquisas evidenciaram que a Agricultura Familiar estreitou a relação com o Estado no último período, por meio de políticas públicas. E os sindicatos tiveram papel fundamental nesse processo. Porém, atualmente, o cenário político e econômico não se apresenta favorável para essa categoria social.

E, por falar em sindicato, apresenta-se o artigo intitulado "Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar" (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015). Esse artigo atenta para a questão das organizações de agricultores familiares que têm incluído em seus projetos a perspectiva de apoio a formas e técnicas de produção causadoras de menores impactos ambientais, resgate de práticas de produção e de conhecimentos tradicionais, práticas de agricultura ecológica, estratégias de diferenciação de seus produtos com apelo ecológico e cultural, entre outras. E, nesse sentido, os autores evidenciam a FETRAF-SUL/CUT como uma entidade importante. Esse trabalho dialoga diretamente com a pesquisa, pois analisa a concepção daquela em relação a modelos de sociedade e ao meio ambiente. Salienta-se que a Federação se constitui como uma das herdeiras do debate

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

sobre a construção de um novo modelo de agricultura centrado na realização da reforma agrária e no fortalecimento da Agricultura Familiar, e da construção de uma relação mais harmônica entre o homem e a natureza não humanizada, mudando, assim, a concepção sobre como era percebido o espaço rural. Este não é mais concebido apenas como espaço de produção e de exploração predatória dos recursos da natureza, mas como um espaço social, de vida, de uso consciente dos recursos naturais e de diferentes sujeitos que têm necessidades que vão muito além das da produção (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015).

Os autores fazem um apanhado histórico quanto à concepção da FETRAF-SUL/CUT em relação ao tema ambiental. No I Congresso da Federação o tema apareceu, de forma genérica, associado ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural. As suas diretrizes evidenciam que, em conjunto com outras organizações, priorizariam ações concretas relacionadas à produção agroecológica, à agroindustrialização familiar, à comercialização direta e às iniciativas de economia solidária. Já, no II Congresso, a FETRAF-SUL/CUT estabeleceu diretrizes de apoio à produção sustentável. Dentre seus itens principais estavam: a construção da agroecologia como modelo de produção agropecuário; a transformação de produtos através das agroindústrias familiares; a organização da comercialização através de canais institucionais, a comercialização direta e dos canais da economia solidária e do comércio justo; o estímulo à produção para autoconsumo das famílias e à produção de sementes próprias. Assim, percebe-se que a perspectiva de construção da agroecologia aparece como central na estratégia de organizar a produção, desde a fundação da Federação, e vai se fortalecendo com a discussão dentro dos espaços da FETRAF-SUL/CUT, conforme detalham os autores:

> O III Congresso da FETRAF-Sul, realizado em 2010, reforça esta oposição entre os modelos da agricultura familiar e o do agronegócio. As resoluções do Congresso apontam que a Federação "vê o tema ambiental numa perspectiva multidimensional, dentro do enfoque do desenvolvimento humano e sustentável" (FETRAF-Sul, 2010, p.14). Nesta perspectiva, objetiva cobrar dos governos políticas públicas para a "recuperação e preservação do meio ambiente, fortalecendo a agricultura familiar na perspectiva da sustentabilidade, orientando sua

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

> estratégia produtiva a partir dos seguintes princípios: agroecologia, diversificação, preservação da biodiversidade, policultivo e proteção às águas" (id.). Neste sentido, a *agroecologia* é associada ao modelo de produção da *agricultura familiar*, resgatando e valorizando o saber fazer tradicional que a diferencia das grandes empresas do agronegócio. Seguindo estes preceitos, a Federação propõe, nas resoluções de seu III Congresso a *agroecologia* como "um novo modelo de fazer e viver na agricultura" [...] (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015, p. 10).

Dessa forma, dialoga-se com os autores no sentido de que o tema ambiental não é visto pela Federação apenas a partir das restrições às formas de produção convencionais ou como necessidade de adequar os modelos de produção agropecuária a novos padrões de uso dos recursos naturais, de forma sustentável. Mais que isso, os dirigentes da FETRAF-SUL/CUT consideram o tema ambiental como uma grande oportunidade para a Agricultura Familiar, pelo fato desta se adequar mais facilmente aos formatos de produção menos impactantes na natureza em comparação ao Agronegócio. Compreende-se que a Agricultura Familiar tem um grande potencial de produzir alimentos de qualidade e, ao mesmo tempo, ter uma relação sustentável com o meio ambiente, conforme destacam Picolotto e Brandenburg:

> [...] o modelo de produzir da agricultura familiar ganha um novo valor quando comparado com o modelo de produção da grande exploração agropecuária na medida em que é no modelo familiar que se percebe maior potencial para agregar a dimensão ambiental e a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015, p. 14).

E, seguindo na discussão, evidencia-se a relação da Agricultura Familiar com o tema ambiental, no artigo intitulado "A Educação Ambiental aliada à tecnologia da informação na Agricultura Familiar" (STEDING; CARNIATTO, 2017), o qual exibe uma discussão a respeito da acessibilidade às tecnologias da informação e o seu uso na promoção da sustentabilidade rural. As autoras defendem o acesso à tecnologia da informação como um dos impulsionadores para trabalhar a Educação Ambiental na Agricultura Familiar:

> Dada à importância da Educação Ambiental, a mesma tem que ser trabalhada no formato transdisciplinar, nos espaços formal ou informal, em todos os âmbitos sociais, e na zona rural não seria diferente, pois a Educação Ambiental...busca soluções para os problemas atuais e a

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

> prevenção para enfrentar os desafios futuros. Os produtores rurais, tendo acesso a essa ferramenta, serão estimulados a participarem de forma efetiva e consciente [...] na sua propriedade (STEDING; CARNIATTO, 2017, p. 78).

As autoras entendem que o acesso aos programas disponíveis na web, que possibilitam informações úteis sobre cultivo, previsão do tempo, cotação dos produtos, dentre outros, possibilita o desenvolvimento agrícola e a sensibilização, sendo um importante passo no processo educativo, resultando no estímulo à sustentabilidade econômica, financeira e ambiental (STEDING; CARNIATTO, 2017).

Assim, compreende-se que a discussão desses achados contribuiu com a realização da pesquisa, no sentido de trazer elementos importantes sobre a Agricultura Familiar, os quais mostram o processo histórico percorrido por essa categoria social, constituída por luta, desafios, conquistas, avanços e, também, retrocessos. E, a partir desses elementos, a discussão evidencia as diferenças da Agricultura Familiar em relação ao Agronegócio, sendo aquela considerada, por suas características e sua organização, uma forma de resistir e contrapor o sistema capitalista, constituindo-se, assim, como um ator importante para fomentar a sustentabilidade.

PARA FINALIZAR

Os achados permitiram a compreensão de que os aspectos que diferenciam a Agricultura Familiar do Agronegócio, a sua forma de produção – com menor impacto ambiental –, o espaço que ocupa na sociedade como organização social e econômica, bem como a sua forma de relação com a natureza não humanizada, fomentam a sustentabilidade. Para tanto, essa perspectiva sustenta um modo de pensar que se define na *práxis* social, apreendendo o real em sua complexidade e enquanto totalidade, no sentido de qualificar a ação transformadora para além do exercício crítico de questionar algo posto como problema. Fundamenta-se na explicitação dos mecanismos de produção e reprodução do capitalismo, na postura teórico-prática

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021

transformadora, no posicionamento político comprometido com as lutas sociais por emancipação (LOUREIRO; TOZONI-REIS, 2016).

Dessa forma, entende-se que a Agricultura Familiar precisa estabelecer parcerias com outros setores da sociedade que lutam pela transformação social. Pois, um dos grandes desafios dos Movimentos Sociais é pensar, a partir dos lugares e das suas relações, como proceder diante dos conflitos, considerando a sociedade em sua totalidade e buscando a superação dos mecanismos de controle e de dominação do sistema capitalista. Assim, a luta precisa ser pautada por um diálogo emancipador e autenticamente humano, substituindo a cultura do silêncio desumanizador, empoderando e potencializando os sujeitos a fazer enfrentamentos.

Para isso, considera-se importante a organização da Agricultura Familiar, por meio de Movimentos Sociais, no sentido de resistir e lutar por reconhecimento, por valorização e por melhores condições de vida, pois se compreende que aqueles constroem um processo social, político e cultural que evidencia uma identidade coletiva, a partir de interesses em comum, que resulta do princípio da solidariedade e é construída a partir de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio de Jesus; SOUZA, Marcelino de. Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: reflexões iniciais. In: VELA, Hugo (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria: UFSM, 2003. p. 195-214.

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sérgio. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996- 2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 1, p. 309-347, 2011.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493. Acesso em: 27 mar. 2019.

BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. A agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **RESR**, São Paulo, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003. Acesso em: 5 fev. 2020.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. Agricultura familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano XVII, n. 192, p. 142-154, 2017. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33103. Acesso em: 5 fev. 2020.

CONTI, Irio Luiz; PIES, Marcelino; CECCONELLO, Rene (orgs.). **Agricultura familiar:** caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL – FETRAF-SUL/CUT. **Consórcio Social da Juventude Rural:** Sementes na Terra. Módulos I e II. Chapecó, SC: [s.n.], 2007.

GUANZIROLI, Carlos Henrique; BUAINAIN, Antonio Marcos; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, São Paulo, v. 50, n 2, p. 351-370, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200009. Acesso em: 12 out. 2019.

KAMIMURA, Arlindo; OLIVEIRA, Aline de; BURANI, Geraldo. A agricultura familiar no Brasil: um retrato de desequilíbrio regional. **Interações,** Campo Grande, v. 11**,** n. 2, p. 217-223, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200010. Acesso em: 28 jan. 2020.

KARNOPP, Erica; OLIVEIRA, Victor da Silva. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. *REDES* – **Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul-RS, v. 17, n. 2, p. 215-228, 2012. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2712. Acesso em: 12 abr. 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Edição Especial, p. 68-82, jul. 2016. Disponível em: https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5960. Acesso em: 25 set. 2019.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil –

aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR***,* São Paulo, v. 52, supl. 1, p. 09-24, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600001. Acesso em: 23 jan. 2020.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino; NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; NUNES, João Batista Carvalho (orgs.). **Pesquisa científica para iniciantes:** caminhando no labirinto. Ceará: EdUECE, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-PR, ano. XI, n. 128, p. 158-167, ISSN 1519.6186, 2012. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13559. Acesso em: 5 fev. 2019.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **RESR***,* São Paulo, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004. Acesso em: 5 fev. 2019.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BRANDENBURG, Alfio. Uma grande oportunidade: sindicalismo e seus projetos de ecologização na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade***,* São Paulo, v. 18**,** n. 3, ISSN 1809-4422, p. 1-18, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2015000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 jan. 2020.

RÖDER, Elisângela dos Santos Faustino; SILVA, Edna Lucia da. Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil. **Transinformação***,* Campinas, v. 25**,** n. 2, ISSN 2318-0889, p. 111-126, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010337862013000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 jan. 2020.

SILVA, Vilmar da. A agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Ano XIII, n. 143, p. 70-78, 2013. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19848. Acesso em: 25 de nov. 2019.

STEDING, Adriana; CARNIATO, Irene. Educação Ambiental aliada à tecnologia da informação na agricultura familiar. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental***,* Rio Grande, v. 34**,** n. 2, ISSN-1517 1256, p. 76-96, 2017. Disponível em: https://www.seer.furg.br/remea/article/view/6968. Acesso em: 28 jan. 2020.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar:** realidades e pers

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 13/09/2021
Aceito em: 17/12/2021